



## CRONOGRAMA DE AUDITORIAS – 2024

Item	Descrição Sumária	Risco/Relevância	Objetivo (s)	Escopo	Período (início/término)	Equipe
00	<p><b>Área Auditada:</b> Secretaria de Finanças</p> <p><b>Processo Anual de Contas: TJMS/FUNJECC</b></p> <p><b>Conhecimento Específico:</b> Lei Federal n. 4.320/1964; Lei Complementar Federal n. 101/2000; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP; Resolução TCE/MS n. 88/2018.</p>	<p><b>Risco:</b> Inobservância das metas previstas no Plano Plurianual em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária anual.</p> <p><b>Relevância:</b> Cumprimento dos preceitos legais e exigência do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul - TCE/MS.</p>	Emitir parecer sobre a prestação de contas e remeter ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul - TCE/MS.	Analisar as informações e documentos que compõem o processo de prestação de contas anual do exercício 2023, referente às unidades gestoras TJ e FUNJECC.	Janeiro/Março	1 servidor
01	<p><b>Área Auditada:</b> A definir</p> <p><b>Coordenada com CNJ:</b></p> <p><b>Avaliar a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no PJMS.</b></p>	<p><b>Risco:</b> Procedimentos inadequados e/ou discordantes com as diretrizes para incentivo à participação institucional feminina estabelecidas por meio da Política Judiciária e do Modelo de Inclusão da</p>	Avaliar a aderência da Política Judiciária de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário, com aplicação das ferramentas metodológicas apropriadas para aferir a existência de	Exames de conformidade e/ou operacionais em programas e procedimentos para promoção de equidade e inclusão de gênero, que visem ao incentivo à	Abril/Julho	2 servidores



# Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

Item	Descrição Sumária	Risco/Relevância	Objetivo (s)	Escopo	Período (início/ término)	Equipe
	<b>Conhecimento Específico:</b> Resolução CNJ n. 255/2018; Portaria CNJ n. 176/2022; Decreto n. 4.377/2002; (Promulgação da Convenção das Nações Unidas) - 5º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030/ONU; Modelo de Inclusão da Diversidade e Equidade (IDE) – Rede Equidade/Senado Federal.	Diversidade e Equidade, podendo resultar em violação à dignidade das mulheres e à igualdade de tratamento e de oportunidades socioprofissionais entre homens e mulheres.  <b>Relevância:</b> Ampliação da representação feminina no Poder Judiciário.	ambiente interno de incentivo às práticas previstas na Política e no Modelo de Inclusão da Diversidade e Equidade (IDE).	participação de mulheres em cargos de liderança, à valorização e à visibilidade do seu trabalho e de sua produção, à igualdade de tratamento e à proteção contra formas de violência contra a mulher no ambiente de trabalho.		
02	<b>Área Auditada:</b> Secretaria Judiciária e Secretaria da Corregedoria Geral de Justiça.  <b>Avaliar os processos de restituições de custas e diligências.</b>  <b>Conhecimento Específico:</b> Lei Estadual n. 3.779/2009;	<b>Risco:</b> Inobservância da legislação aplicável, ressarcimento indevido de valores e controles internos inadequados ou inexistentes.  <b>Relevância:</b> Cumprimento das diretrizes estabelecidas na legislação aplicável e aperfeiçoamento da gestão administrativa.	Avaliar os processos de restituições de custas judiciais/extrajudiciais e de diligências quanto à legalidade e aos controles internos adotados nos procedimentos.	Exames de conformidade e/ou operacionais, por amostragem, dos processos de restituição de custas judiciais/extrajudiciais e diligências do ano de 2023.	Maio/Julho	2 servidores



# Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

Item	Descrição Sumária	Risco/Relevância	Objetivo (s)	Escopo	Período (início/ término)	Equipe
	Provimento CGJ n. 15/2005; Provimento CGJ n. 96/2013; Boas práticas.					
03	<b>Área Auditada:</b> Secretaria de Finanças.  <b>Avaliar saldos contábeis de contas de passivos.</b>  <b>Conhecimento Específico:</b> Lei Federal n. 4.320/1964; Lei Complementar Federal n. 101/2000; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	<b>Risco:</b> Distorções nas contas contábeis que provocam superavaliação do passivo.  <b>Relevância:</b> Fidedignidade dos valores registrados nas contas de passivo e aperfeiçoamento da gestão administrativa.	Avaliar os saldos de contas contábeis do passivo.	Exames operacionais, por amostragem, dos saldos contábeis das contas de passivo do mês de março/2024.	Junho/Julho	1 servidor
04	<b>Área Auditada:</b> Secretaria de Gestão de Pessoas.  <b>Avaliar o enquadramento funcional e vencimentos dos servidores do PJMS.</b>  <b>Conhecimento Específico:</b> Lei Estadual n. 2.662/2003; Lei Estadual n. 3.310/2006; Lei Estadual n. 3.687/2009;	<b>Risco:</b> Inobservância da legislação, controles internos inadequados e servidores com enquadramento funcional incorreto, ocasionando pagamento de salários errôneos.  <b>Relevância:</b> Cumprimento das diretrizes estabelecidas na legislação aplicável e o aperfeiçoamento da gestão	Avaliar o processo de enquadramento funcional e vencimentos de servidores do PJMS, quanto à legalidade e aos controles internos adotados nos procedimentos.	Exames de conformidade e/ou operacionais, por amostragem, dos enquadramentos funcionais e vencimentos dos servidores do PJMS, referentes à folha de pagamento do mês de junho/2024.	Agosto/Novembro	1 servidor



# Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

Item	Descrição Sumária	Risco/Relevância	Objetivo (s)	Escopo	Período (início/término)	Equipe
	Boas práticas.	administrativa.				
05	<p><b>Área Auditada:</b> Secretaria de Comunicação</p> <p><b>Avaliar a execução do contrato de prestação de serviços de publicidade.</b></p> <p><b>Conhecimento Específico:</b> Contrato n. 01.002/2022; Termo de Referência; Lei Federal n. 12.232/2010; Resolução PJMS n. 580/2012.</p>	<p><b>Risco:</b> Inobservância e/ou insuficiência dos critérios/indicadores estabelecidos/executados na contratação.</p> <p><b>Relevância:</b> Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade, por meio da disseminação de informações/conteúdos acerca dos direitos dos jurisdicionados e os correspondentes serviços disponibilizados pelo órgão.</p>	Avaliar a conformidade e desempenho dos critérios/indicadores estabelecidos no Contrato n. 01.002/2021.	Exames de conformidade e/ou operacionais nos processos e procedimentos efetivados para comprovação dos serviços prestados; para apuração dos valores e condições de pagamento; para avaliação semestral dos serviços prestados, bem como, nas demais condições previamente pactuadas, visando atingir os melhores resultados dentre os previstos na contratação.	Setembro/Novembro	2 servidores
06	<p><b>Área Auditada:</b> Secretaria de Obras</p> <p><b>Avaliar os controles internos e a regularidade da fiscalização de contratos de obras e reformas do PJMS.</b></p> <p><b>Conhecimento</b></p>	<p><b>Risco:</b> Não conformidade na entrega do objeto contratado em razão da ausência, deficiência ou inobservância de controles internos que visam garantir o cumprimento das exigências legais e/ou contratuais relacionadas à fiscalização contratual.</p>	Avaliar a regularidade e/ou desempenho da fiscalização de contratos de obras e reformas do PJMS.	Exame de conformidade e/ou operacional, por amostragem, dos pontos comuns de fiscalização presentes nos contratos de obras e reformas do PJMS encerrados nos anos de 2022 e 2023.	Setembro/Novembro	2 servidores



# Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

Item	Descrição Sumária	Risco/Relevância	Objetivo (s)	Escopo	Período (início/ término)	Equipe
	<b>Específico:</b> Lei Federal n. 8.666/93; Lei Federal n. 14.133/2021; Termos de referência de contratos selecionados em amostragem; Boas práticas.	<b>Relevância:</b> Assegurar a correta aplicação de recursos públicos e incrementar a gestão administrativa do PJMS.				



## CRONOGRAMA DE CONSULTORIAS – 2024

Nº	Objeto da Consultoria	Período de Realização	Equipe
1	Consultoria em Gestão de Riscos	Janeiro a abril	2 servidores
2	Consultoria em Programa de Integridade	Janeiro a abril	2 servidores



## CRONOGRAMA DE MONITORAMENTOS – 2024

Item	Ciclo	Descrição da Auditoria Monitorada	Unidade(s) Auditada(s)	Período de Realização	Equipe
1	3º	Avaliação dos procedimentos e controles dos bens de consumo do estoque de obras	Secretaria de Obras	Abril	1 servidor
2	1º	Avaliação da realização de inventário patrimonial	Secretaria de Bens, Serviços e Patrimônio	Abril	1 servidor
3	2º	Avaliação dos saldos contábeis das contas de adiantamentos de diárias e de controles dos contratos a executar da unidade gestora FUNJECC	Secretaria de Finanças	Maio	1 servidor
4	1º	Avaliação da aderência à Política Judiciária de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação (1º)	Direção-Geral das Secretarias do PJMS e Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio moral, do Assédio Sexual e da Discriminação	Junho	1 servidor
5	1º	Avaliação da atuação da unidade Socioambiental	Assessoria de Planejamento	Agosto	1 servidor
6	2º	Avaliação dos controles internos adotados pela Coordenadoria da Conta Única	Secretaria de Finanças	Agosto	1 servidor
7	2º	Avaliação da Política de Segurança da Informação	Secretaria de Tecnologia da Informação	Agosto	2 servidores
8	1º	Avaliação do nível de maturidade da Gestão de Riscos no PJMS	Direção-Geral das Secretarias do PJMS	Agosto	1 servidor
9	1º	Avaliação da Transparência Institucional do PJMS	Direção-Geral das Secretarias do PJMS	Outubro a novembro	2 servidores
10	1º	Avaliação da Governança das Contratações no PJMS	Direção-Geral das Secretarias do PJMS e Secretaria de Bens, Serviços e Patrimônio	Novembro a dezembro	2 servidores